

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Processo: 1.040.648 – Denúncia;

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Papagaios – MG;

Relator: Conselheiro Adonias Monteiro.

JOSÉ GABRIEL DE CAMPOS, brasileiro, casado, servidor público aposentado, Presidente da Comissão Permanente de Licitação à época do Município de Papagaios, filho de José Higino de Campos e Nanci Maria de Barcelos, inscrito no CPF nº 319.028.476-87, portador da carteira de identidade nº M 3.567.231, residente e domiciliado na Rua Alvarino Dias, nº 84, Centro, Município de Papagaios/MG, **EDNA ALVES DE LIMA MACIEL**, brasileira, casada, servidora pública efetiva, Membro da Comissão Permanente de Licitação do Município de Papagaios, filha de Matias Alves de Lima e Maria Aparecida de Abreu, inscrita no CPF nº 040.077.416-03, portadora da carteira de identidade nº MG-8.831.946, residente e domiciliada na Rua Dona Elvina, nº 51, bairro Nossa Senhora Aparecida, Município de Papagaios/MG e **CLÁUDIA JULIANA VIEIRA**, brasileira, solteira, servidora pública efetiva, Membro da Comissão Permanente de Licitação à época do Município de Papagaios, filha de Márcio Antônio Vieira e Rita Maria de Jesus Vieira, inscrita no CPF sob o nº 089.784.046-18, portadora da carteira de identidade nº MG-15.320.421, residente e domiciliada à Rua Padre João Cruz, nº 68, Centro, Papagaios/MG, nos autos do processo administrativo em epígrafe, vêm, respeitosa e tempestivamente, perante Vossa Excelência, **APRESENTAR DEFESA** acerca dos fatos e das irregularidades apontadas no Relatório da Unidade Técnica deste Tribunal e no Parecer do Ministério Público de Contas, nos seguintes termos:

I – SÍNTESE DA DENÚNCIA.

Trata-se de denúncia oferecida por Leôncio Ribeiro de Abreu, a qual aponta infundadas irregularidades na aquisição de ônibus por meio do Processo Licitatório n. 038/2017 - Tomada de Preços n. 003/2017 e do Processo Licitatório n. 111/2017 - Tomada de Preços n. 10/2017.

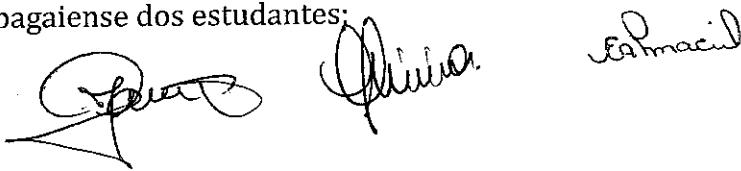
A Unidade Técnica emitiu relatório **rejeitando** os seguintes itens da denúncia:

1 - Aos apontamentos da denúncia relacionados à opção pela forma de prestação de serviços;

2 - Sobre a alegação de que os gastos seriam elevados;

3 - Quanto ao fato de que o município estaria realizando a manutenção dos ônibus da prefeitura e efetuando o transporte universitário com ônibus de sua propriedade, sem prévia licitação;

4 - As alegações do denunciante de que os alunos que utilizam o transporte universitário em algumas rotas em ônibus de propriedade da prefeitura de Papagaios, são obrigados a pagar para a Associação Papagaiense dos estudantes;



5 – Ao apontamento do sobrepreço.

A mesma Unidade Técnica manifestou pela **procedência** do seguinte:

1 - No que se refere ao exame subjetivo realizado pela Comissão Especial de Avaliação nos certames de n. 38/2017 e n. 111/2017.

Concluiu também haver indício de irregularidade quanto à inexistência de pesquisa de preços dos objetos licitados nos referidos certames, em apontamento complementar apresentado.

Manifestando preliminarmente, o *parquet* Especial opinou também pela citação dos ditos responsáveis além de apresentar apontamento complementar relacionado “à utilização do tipo de Técnica e Preço nos certames apresentados”.

Em observância ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, o Conselheiro Relator determinou a citação do Sr. Mário Reis Figueiras, na qualidade de prefeito à época; o Sr. Jose Gabriel de Campos, Presidente da Comissão Permanente de Licitação nos procedimentos licitatórios n. 038/2017 e 111/2017, e subscritor dos referidos Editais e Anexos, da Sra. Edna Alves de Lima Maciel e da Sra. Cláudia Juliana Vieira, membros efetivos da Comissão Permanente de Licitação nos procedimentos licitatórios n. 038/2017 e 111/2017; da Sra. Elimar Patrícia da Silva, Chefe do Setor de Compras da Prefeitura da Papagaios; e do Sr. Fabiano Buratto de Freitas, avaliador de ônibus, para, querendo, apresentar **DEFESA** em face das supostas irregularidades apontadas, conforme faz pelos fatos e fundamentos que seguem.

II – DO MÉRITO

2.1 – Escolha da Modalidade Licitatória: Tomada de Preços - Preço e Técnica.

Apontou o *parquet* como indevida a utilização da licitação do tipo técnica e preço, por considerar que está em desacordo com o disposto no art. 46 da Lei Federal nº 8.666/93.

Ínclito Relator, com a devida vênia, relativamente à escolha da modalidade licitatória, Tomada de Preços, tipo Preço e Técnica, a Administração Pública pode e deve utilizar-se dos mecanismos adequados para aferição do preço e da qualidade de um produto, especialmente quando o objeto se refere a aquisição de veículos usados, que demandam maiores cuidados do administrador, quanto a compatibilidade do preço com o estado de conservação do veículo.

No caso, não é vantajoso ao Ente licitante auferir apenas o menor preço, pois a qualidade técnica do veículo é fator primordial para a aquisição desejada.

Frisa-se que, a busca pela **melhor proposta não significa simplesmente eleger aquela que apresente o menor preço, mas sim a que propicie o melhor negócio possível para a Administração Pública**, ou seja, dentre os licitantes habilitados tecnicamente, será escolhida a proposta contendo o preço inferior.

Neste sentido, cabe ao Ente Público, utilizar-se da modalidade compatível com o objeto a ser adquirido, preceituada na Lei de licitações, especificamente pela necessidade de análise técnica dos objetos a serem adquiridos. Deste modo, restou satisfatoriamente justificada a modalidade escolhida pelo Município de Papagaios, pautada nos preceitos legais e nos



princípios administrativos, esculpidos no art. 37, caput, da Constituição Federal.

Ademais, o §3º do art. 46 autoriza a utilização do tipo técnica e preço para fornecimento de bens:

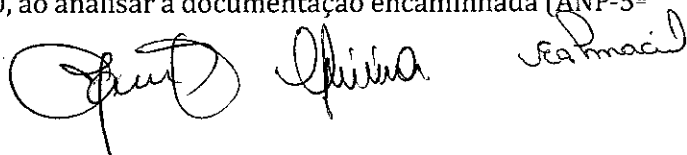
Art. 46. [...]

§ 3º Excepcionalmente, **os tipos de licitação previstos neste artigo poderão ser adotados**, por autorização expressa e mediante justificativa circunstanciada da maior autoridade da Administração promotora constante do ato convocatório, **PARA FORNECIMENTO DE BENS** e execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto majoritariamente dependentes de tecnologia nitidamente sofisticada e de domínio restrito, atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação, nos casos em que o objeto pretendido admitir soluções alternativas e variações de execução, com repercussões significativas sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade concretamente mensuráveis, e estas puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório. (GN)

Vejamos o entendimento dos Tribunais a despeito:

A jurisprudência deste Tribunal é pacífica no sentido de que quaisquer critérios de pontuação e valoração dos quesitos das propostas técnicas dos licitantes devem ser compatíveis com o objeto licitado. **Nos certames licitatórios do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”, atente, quando do estabelecimento de critérios de pontuação e valoração dos quesitos da proposta técnica dos licitantes, para fins de obtenção dos índices técnicos,** para: • a adequação e compatibilidade das comprovações requeridas com o objeto licitado, de modo a atribuir pontuação proporcional à relevância e à contribuição individual e conjunta de cada quesito para a execução contratual, observando-se, ainda, a pertinência deles em relação à técnica a ser valorada, de modo a não prejudicar a competitividade do certame pelo estabelecimento de pontuação desarrazoada, limitadora da competitividade da disputa ou, ainda, sem relação de pertinência com os requisitos técnicos indispensáveis à boa execução dos serviços; • a necessidade de se sopesar os critérios de pontuação e valoração dos quesitos de forma a não favorecer nenhum dos licitantes, em especial aqueles que prestam ou prestaram serviços (...). Acórdão 2681/2008 Plenário. (GN)

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PROCESSO LICITATÓRIO. TOMADA DE PREÇOS 15/2011. FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA DO CONTRATO 08/2012. DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DAS LEIS 8.666/93, 4.320/64, E NORMAS REGIMENTAIS DESTA CORTE DE CONTAS. REGULARIDADE E LEGALIDADE. Em exame o processo licitatório na modalidade tomada de preços 15/2011, a formalização e execução financeira do contrato administrativo 08/2012 (peça 22), celebrado entre o Município de Terenos/MS, figurando como Ordenador de Despesas o Prefeito Municipal à época, Sr. Humberto Rezende Pereira, e a Empresa Serraria Mohr Ltda., visando à aquisição de uma pá carregadeira usada, ano de fabricação 2008, motor diesel, seis cilindros, cabine fechada, com ar condicionado, pneus com dimensão mínima de 20,5x25, caçamba com capacidade de 2.6m³ ou maior, peso operacional mínimo de 13.500 kg, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). A equipe técnica, em cumprimento ao estatuído na Resolução Normativa TC/MS 57/2006 c/c a Instrução Normativa 34/10, ao analisar a documentação encaminhada (ANP-5ª



ICE-5834/2012 – peça 25), sugere a intimação do Ordenador de Despesas – que se procedeu à peça 28, por meio do ofício 6124/2012 - para apresentar as atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora, bem como a pesquisa de mercado. A 5ª ICE, na análise conclusiva 3614/2013 (peça 35), após examinar os documentos que instruem os autos e os enviados pelo Responsável em resposta ao ofício 6124/2012, concluiu que o presente processo se encontra em consonância com as normas de licitações e contratações públicas e de direito financeiro, atendendo ao estatuído nas Instruções normativas e Regimento internos desta Corte de Contas. Após, enviou os autos ao Ministério Público de Contas, para manifestação, conforme determina o art. 308 da Resolução Normativa TC/MS 57/06. O ilustre representante do Ministério Público de Contas exarou parecer 7686/2013 (peça 36), opinando pela regularidade e legalidade do processo licitatório, formalização e execução financeira do contrato em apreço. É o relatório. Passo às razões da decisão. Ao proceder à análise das peças que compõem os autos, e amparado pelas informações técnicas prestadas pelo núcleo de inspetoria, observo que os documentos enumerados na Instrução Normativa TC/MS 34/10 foram enviados tempestivamente e que o processo licitatório – tomada de preços 15/2011 – realizou-se em alinhamento com os critérios estabelecidos na Lei 8.666/93. Quanto à formalização do contrato administrativo 08/2012, percebo fora regularmente celebrado com a Empresa Serraria Mohr Ltda., estando presentes as cláusulas necessárias, previstas no art. 55 da Lei 8.666/93, visto que existe clareza quanto aos direitos e obrigações das partes, assim como as condições para sua execução. A documentação comprobatória apresentada nos autos para atestar a realização dos atos executórios foi materializada dentro dos ditames estabelecidos nos artigos 62 e 63 da Lei 4.320/64, em consonância com o estabelecido na Instrução Normativa TC/MS 34/10, e comprovados integralmente no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta reais), conforme ilustração abaixo: Valor do contrato R\$ 250.000,00 Valor empenhado R\$ 250.000,00 Despesa liquidada R\$ 250.000,00 Pagamento efetuado R\$ 250.000,00 Mediante o exposto, nos termos do art. 311, incisos I e II c/c art. 312, inciso I, segunda parte da Resolução Normativa TC/MS 57/06, acolho o parecer ofertado pelo Ministério Público de Contas e DECIDO da seguinte forma: I – **Pela REGULARIDADE e LEGALIDADE do processo licitatório na modalidade tomada de preços 15/2011, a formalização e execução financeira do contrato administrativo 08/2012, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), celebrado entre o Município de Terenos/MS e a Empresa Serraria Mohr Ltda., realizada de acordo com as normas de licitações e contratos administrativos dispostas no artigo 55 da Lei 8.666/93 e as normas de finanças públicas, estabelecidas no artigo 63 da Lei 4.320/64. É a decisão. Publique-se. Cumpra-se. Campo Grande, MS 24 de julho de 2013. Ronaldo Chadid Conselheiro Relator (TCE-MS - CONTRATO ADMINISTRATIVO: 182452012 MS 1254483, Relator: RONALDO CHADID, Data de Publicação: Diário Oficial do TCE-MS n. 0727, de 14/08/2013) (GN).**

Ressalte-se que ao constituir uma Comissão Especial específica para aferição técnica dos veículos a serem adquiridos, o Município observou o princípio da pessoalidade administrativa, conferindo tratamento isonômico aos licitantes, conduta que demonstra a regularidade da contratação.

Além da nomeação de comissão especial para avaliação dos veículos de forma objetiva, o edital foi devidamente aprovado pela assessoria jurídica do Município, conforme determina o parágrafo único do art. 38 da Lei 8/666/93:





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS
ESTADO DE MINAS GERAIS

NOTA TÉCNICA JURÍDICA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº
038/2017

Vem a esta assessoria jurídica para exame e aprovação a(s) minuta(s) do pregão/contrato com vista à deflagração do procedimento licitatório para **Contratação de empresa para prestação de aquisição de veículos usados, tipo ônibus urbano, ano e modelo não inferior a 2006**, texto(s) da(s) minuta(s) em análise, sob o ângulo jurídico-formal, guarda(m) conformidade com as exigências legais preconizadas para os instrumentos da espécie, em especial a Lei nº 8.666/93.

Diante do exposto, APROVO a(s) minuta(s), propondo o retorno do processo à CPL para as providências decorrentes.

Papagaios/MG, 03 de março de 2017.

Advogado
OAB/MG nº

Marcelo Fernandes Ferreira
Assessor Jurídico
OAB/MG - 106.334



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIOS
ESTADO DE MINAS GERAIS

NOTA TÉCNICA JURÍDICA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº
111/2017

Vem a esta assessoria jurídica para exame e aprovação a(s) minuta(s) do pregão/contrato com vista à deflagração do procedimento licitatório para **Contratação de empresa para prestação de Aquisição de veículos usados, tipo ônibus rodoviário, ano e modelo não inferior a 2006**, texto(s) da(s) minuta(s) em análise, sob o ângulo jurídico-formal, guarda(m) conformidade com as exigências legais preconizadas para os instrumentos da espécie, em especial a Lei nº 8.666/93.

Diante do exposto, APROVO a(s) minuta(s), propondo o retorno do processo à CPL para as providências decorrentes.

Papagaios/MG, 14 de julho de 2017.

Advogado
OAB/MG nº

Marcelo Fernandes Ferreira
Assessor Jurídico
OAB/MG - 106.334

Portanto, a Comissão Permanente de Licitação, teve respaldo técnico para publicação da Licitação nos moldes em que foram feitos.

Por cautela, caso este E. Tribunal entenda que, de fato, a escolha da modalidade

licitatório foi impertinente com o objeto lícitado, o que não é esperado, que seja expedido recomendação ao Município, tendo em vista a inexistência de qualquer prejuízo ou dano ao erário com o certame.

2.2. Da Subjetividade Alegada Da Avaliação Realizada Pela Comissão Especial Dos Processos De N.38/2017 E 111/2017:

Relativamente à Comissão Especial, constituída pela Portaria nº 40/2017, suas atribuições foram objetivamente vinculadas aos critérios do Edital, em proporção com a dimensão e complexidade do objeto, conforme os critérios de fls. 28, destes autos.

No Anexos II dos Processos de n. 38/2017 e 111/2017, consta modelo de Ficha de Inspeção que definiu de forma objetiva os critérios de avaliação dos veículos:

ANEXO II AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2017, TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017.

FICHA DE INSPEÇÃO				
PROPRIETÁRIO:				
Características do Veículo				
CHASSIS		CARROCERIA		
Nº do Chassi: _____		Nº de série: _____		
Ano de Fabricação: _____		Fabricante: _____		
Nº do Motor/Modelo: _____		Ano de Fabricação: _____		
Nº da Transmissão: _____		Modelo: _____		
Nº do eixo dianteiro: _____				
Nº do eixo traseiro: _____				
Placa: _____				
PONTUAÇÃO MÁXIMA = 220 PONTOS				
0 pontos	Não atende, condição ruim, defeituoso			
05 pontos	Atende parcialmente, condição razoável, apresenta pequeno defeito			
10 pontos	Atende totalmente, ótima condição, não apresenta defeito			
ITEM	DESCRIÇÃO	0	05	10
01	Pressão do motor a quente			
02	Barulho anormal do motor			
03	Fumacamento do motor			
04	Barulho anormal na transmissão			
05	Mudanças de marchas			
06	Escapamento de marchas			
07	Barulho anormal no diferencial			
08	Condição dos freios			
09	Estado dos pneus			
10	Sistema de direção			
11	Funcionamento das portas			
12	Parte elétrica			
13	Vedação da carroceria			
14	Condição estrutural da carroceria			
15	Chassis (verificar trincas)			
16	Condições da pintura			
17	Ajuste das janelas			
18	Acabamento interno			
19	Tipo do assento			
20	Pneu reserva/ macaco			
21	Funcionamento do motor			
22	Condição da suspensão			
TOTAL DA PONTUAÇÃO				

Nota-se que foram definidos 22 critérios objetivos para análise da Comissão Especial de Avaliação.

Portanto, a avaliação dos veículos pelos membros da Comissão Especial de Avaliação está vinculada aos parâmetros objetivos contidos na Ficha Técnica, sendo-lhe proibida a inclusão de critérios.

Assim, **não há que se falar em subjetividade na avaliação**, haja vista que os critérios foram pré-definidos, são objetivos e pertinentes às condições físicas dos veículos, assegurando assim a eficiência e a eficácia no emprego dos recursos públicos e na garantia de aquisição de veículos seguros para o transporte dos estudantes.

Os membros da Comissão Especial de Avaliação são cidadãos com conhecimento técnico e expertise, para avaliar os critérios contidos na Ficha Técnica.

Não obstante o exposto, insta salientar que não há que se responsabilizar o Prefeito e Comissão de Licitação pela avaliação técnica dos veículos, haja vista que, reitera-se, foi devidamente nomeada comissão especial formada por cidadãos detentores de conhecimento técnico para essa finalidade.

Atribuir ao Prefeito e a Comissão de Licitação responsabilidade pela realização de atos estranhos à sua competência, sem qualquer nexo de causalidade, para os quais foi designada comissão especial é extrapolar o limite do razoável e da legalidade.

Em caso análogo o Tribunal de Contas da União decidiu:

[...] Ainda que o gestor tenha assinado o relatório de cumprimento do objeto e o termo de aceitação definitiva da obra, assim o fez com base nas declarações emitidas pelos servidores técnicos da municipalidade, que atestaram a execução e a qualidade da obra edificada.

Entendo que seria de demasiado rigor entender exigível do prefeito que conferisse o trabalho executado pelo diretor de engenharia e pelo secretário de obras da municipalidade.

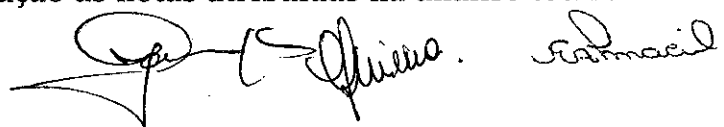
Lembro que as irregularidades que comprometeram a integridade da obra são eminentemente técnicas e de difícil percepção por um leigo, como a construção do reservatório de água em altura abaixo da especificada, comprometendo todo o sistema de hidrantes do hospital, instalação de reservatório subterrâneo de água com capacidade inferior à originalmente estimada, execução do telhado com telhas de qualidade inferior, ausência de cobertura de policarbonato, execução de pé direito do hospital abaixo do contratado.

Também não há fundamento para a condenação do ex-prefeito por culpa in eligendo. Não há nos autos elementos que permitam a conclusão de que, à época da indicação, as pessoas escolhidas pelo gestor não detinham capacidade para o exercício de seu mister, ou que o gestor tivesse conhecimento de fatos desabonadores de suas condutas.

Com relação aos técnicos que atestaram a execução da obra, julgo que tais servidores contribuíram para o dano ora apurado. Deixo, entretanto, de chamá-los aos autos, nesta etapa processual, considerando o tempo decorrido desde a ocorrência dos fatos, o que fatalmente dará ensejo a alegações de ofensa ao contraditório e à ampla defesa, com grande possibilidade de anulação de futuras decisões desta Corte que venham a apenar tais responsáveis.

Dessa forma, entendo deva ser dado provimento ao recurso do gestor, para afastar a condenação contra ele proferida. (TCU. Processo nº. 019.829/2011-6. Acórdão nº. 183/2016. Rel. Vital do Rêgo. Data da Sessão 03/02/2016) (GN).

Ressalte-se que a ficha técnica fez parte do edital na forma do Anexo II, tendo todos os licitantes e cidadãos interessados tomado conhecimento dos critérios que seriam utilizados para avaliação dos veículos, sendo que não houve qualquer impugnação, nem tampouco recurso em relação às notas atribuídas na análise técnica



dos veículos.

Portanto, não há que se falar em julgamento subjetivo por parte da Comissão.

2.3. Da Suposta Ausência de Pesquisa de Preços dos Objetos Licitados.

O Relatório da Unidade Técnica deste Tribunal, pelo exame da documentação juntada aos autos, concluiu pela insuficiência de provas quanto a efetiva pesquisas de preços dos objetos licitados.

A pesquisa de preços é um procedimento prévio à deflagração do processo licitatório, pois, inclusive, não raras vezes é através dela que se define a necessidade ou não de licitar, bem como a modalidade a ser utilizada.


Ao contrário do alegado, os dois Processos, quais sejam, 38/2017 e 111/2017, possuem nas fls. 11 de ambos, a estimativa de preços conforme segue:

Estimativa de Custos do Processo 38/2017:

ESTIMATIVA DE CUSTOS

Objetivando a instrução do processo, informamos que foram realizadas consultas sobre os preços praticados para o objeto desta Licitação, estimando-se o montante total em R\$ 458.333,36 (quatrocentos e cinquenta e oito mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos), conforme cotação anexa.

Data: 03/03/2017


Assinatura do Responsável

Estimativa de Custos do Processo 111/2017:

ESTIMATIVA DE CUSTOS

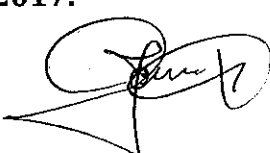

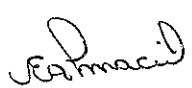
Objetivando a instrução do processo, informamos que foram realizadas consultas sobre os preços praticados para o objeto desta Licitação, estimando-se o montante total em R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais), conforme cotação anexa.

Data: 14/07/2017


Assinatura do Responsável

Em decorrência, as cotações são arquivadas no setor de compras, e é encaminhada ao setor de licitações, a consolidação dos preços pesquisados, evitando assim, inclusive, que aqueles que colaboraram com a administração fornecendo seus preços, venham a ser prejudicados, pelo conhecimento de outros licitantes, dos preços propostos, antes da abertura dos envelopes contendo a proposta comercial, o que poderia inclusive violar o princípio do sigilo das propostas, conforme abaixo:

Média de Preços do Processo 038/2017:

COTAÇÕES DE PREÇOS
VALORES MÍNIMO, MÁXIMO E MÉDIO

Número da Cotação: 000032 - 2017 Elaborada por: Juliana

Data: 03/03/2017 Tipo de Apuração: Menor Preço - Item

Objeto: 000537 - Aquisição de veículos usados, tipo ônibus urbano

OBJETO: OUBS37 - Aquisição de veículos urbanos, tipo ônibus, sem ar condicionado						Valor Médio	Valor Médio		
Item	Código	Descrição do Produto	Propostas	Valor Mínimo	Valor Máximo	Unitário	Quantidade	Total	
0001	022847	ÔNIBUS 01 - ÔNIBUS URBANO,	Consumo	3	55.000,0000	80.000,0000	56.666,6667	1,0000	56.666,6667
0002	022848	ÔNIBUS 02 - ÔNIBUS URBANO,	Consumo	3	55.000,0000	60.000,0000	56.666,6667	1,0000	56.666,6667
0003	022849	ÔNIBUS 03 - ÔNIBUS URBANO,	Consumo	3	55.000,0000	60.000,0000	56.666,6667	1,0000	56.666,6667
0004	022850	ÔNIBUS 04 - ÔNIBUS URBANO,	Consumo	3	55.000,0000	80.000,0000	56.666,6667	1,0000	56.666,6667
0005	022851	ÔNIBUS 05 - ÔNIBUS URBANO,	Consumo	3	55.000,0000	80.000,0000	56.666,6667	1,0000	56.666,6667
0006	022852	ÔNIBUS 06 - ÔNIBUS URBANO,	Consumo	3	55.000,0000	80.000,0000	56.666,6667	1,0000	56.666,6667
0007	022853	ÔNIBUS 07 - ÔNIBUS URBANO,	Consumo	3	55.000,0000	60.000,0000	56.666,6667	1,0000	56.666,6667
0008	022854	ÔNIBUS RODOVIÁRIO, FABRICAÇÃO	Consumo	3	55.000,0000	70.000,0000	61.666,6667	1,0000	61.666,6667
Total Geral				440.000,0000	490.000,0000	458.333,3336			

Total Geral do Valor Mínimo: 440.000,0000

Total Geral do Valor Médio: 458.333,3336

Total Geral do Valor Máximo: 490.000,0000

Observações:

Média de Preços do Processo 111/2017:

COTAÇÕES DE PREÇOS
VALORES MÍNIMO, MÁXIMO E MÉDIO

Número da Cotação: 000103 - 2017 Elaborada por: elimar

Data: 11/07/2017 Tipo de Apuração: Menor Preço - Item

Objeto: 000537 - Aquisição de veículos usados, tipo ônibus urbano

Objeto:			000331 - Aquisição de veículos usados, tipo ônibus urbano		Valor Médio		Valor Médio	
Item	Código	Descrição do Produto	Propostas	Valor Mínimo	Valor Máximo	Unitário	Quantidade	Total
0002	023330	ÔNIBUS RODOVIÁRIO FABRICAÇÃO Consumo	2	95.000,0000	120.000,0000	107.500,0000	2,0000	215.000,0000
Total Geral				95.000,0000	120.000,0000	107.500,0000		

Total Geral do Valor Mínimo: 190.000,0000

Total Geral do Valor Médio: 215.000,0000

Total Geral do Valor Máximo: 240.000,0000

Observações:

Meritíssimo Conselheiro, a unidade técnica chegou a conclusão supra, com base na planilha média de preços orçados (fls. 41 a 42 e 275), todavia, cabe esclarecer que, a referida planilha foi extraída da pesquisa de preços realizado pelo Setor de Compras, o que afasta qualquer possibilidade de irregularidade.

Além disso, a própria Unidade Técnica, visando verificar possível sobrepreço, diligenciou a outros Municípios e formulou pesquisas, conforme apontamento nº 2.3 do Relatório Técnico, onde pode constatar que os preços estão compatíveis com aqueles praticados no mercado.

Destarte, não há que se imputar ao gestor e a comissão de licitação eventual responsabilidade por ausência ou deficiência na elaboração de pesquisa de preços, conforme já decidiu o Tribunal de Contas da União:

2. Não constitui incumbência obrigatória da CPL, do pregoeiro ou da autoridade superior realizar pesquisas de preços no mercado e em outros entes públicos, sendo essa atribuição, tendo em vista a complexidade dos diversos objetos licitados, dos setores ou pessoas competentes envolvidos na aquisição do objeto.

3. Não cabe responsabilização por sobrepreço de membros da CPL, do pregoeiro ou da autoridade superior, quando restar comprovado que a

[Assinaturas]

pesquisa foi realizada observando critérios técnicos aceitáveis por setor ou pessoa habilitada para essa finalidade. [...]

11. Note-se que a Lei 8.666/93 não define que a responsabilidade pela pesquisa de preço e a conseqüente elaboração do orçamento incumbem ao responsável pela homologação do procedimento licitatório, à CPL ou ao pregoeiro. Aliás, de outro modo não poderia ser pois é inegável que não teriam condições de realizar esses trabalhos para grande parte dos objetos licitados. Cito a título de exemplo dessas dificuldades, e porque não dizer impossibilidades, a elaboração de projetos ou termos de referência e dos respectivos orçamentos para objetos, no mais das vezes, completamente díspares, tais como aquisição de soluções de TI, prestações de serviços de limpeza e vigilância, execução de obras complexas, bens permanentes e materiais de consumo dos mais diversos tipos.

12. No mais das vezes, os projetos básicos, os termos de referência, estimativas de preço são elaborados pelas respectivas unidades requisitantes do bem, serviço ou obra, ou por algum outro setor especializado e não necessariamente pela CPL, pregoeiro ou autoridade superior. [...] (TCU. Acórdão nº. 3516/2007) (g.n.). (GN)

Desta forma, tendo o Município comprovado a elaboração de 3 (três) orçamentos, em consonância com o entendimento firmado por esta E. Corte, o apontamento 3.1, do Relatório Técnico, é improcedente.

III - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a improcedência total da presente Denúncia, para que seja arquivado o processo, por ser medida de justiça.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Papagaios/MG, 30 de agosto de 2021.


JOSÉ GABRIEL DE CAMPOS


EDNA ALVES DE LIMA MACIEL


CLÁUDIA JULIANA VIEIRA